

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA
PEDAGOGIA BILÍNGUE

ANGÉLICA LÚCIA RIBEIRO

A ATUAÇÃO DO/A PROFESSOR/A DE APOIO NO DESENVOLVIMENTO DA
CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

APARECIDA DE GOIÂNIA
2025



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E
PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: | |
-

Nome Completo do Autor:

Matrícula:

Título do Trabalho:

Autorização - Marque uma das opções

1. (x) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. () Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. () Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- () O documento está sujeito a registro de patente.
() O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
() Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Aparecida de Goiânia, 16/03/2026.
Local Data



Documento assinado digitalmente
ANGELICA LUCIA RIBEIRO
Data: 16/03/2026 11:11:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

ANGÉLICA LÚCIA RIBEIRO

A ATUAÇÃO DO/A PROFESSOR/A DE APOIO NO DESENVOLVIMENTO DA
CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia, apresentado ao curso de Pedagogia Bilíngue, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia Bilíngue desenvolvido na linha de pesquisa Fundamentos e processos educativos.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a) Alciane Barbosa Macedo Pereira.

APARECIDA DE GOIÂNIA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R484 Ribeiro, Angélica Lúcia

A atuação do/a professor/a de apoio no desenvolvimento da criança autista na educação infantil. / Angélica Lúcia Ribeiro. - Aparecida de Goiânia, 2026.

50 f.

Orientadora: Dra. Alciane Barbosa Macedo Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Aparecida de Goiânia, Licenciatura em Pedagogia Bilingue, 2026.

1. Educação Infantil. 2. Profissionais de Apoio. 3. Autismo. I. Título.

CDD 371.94

Catalogação na publicação:

Suzane Gonçalves Duarte Peixoto CRB 1/2746

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Na presente data realizou-se a sessão pública de defesa da Monografia intitulada **Professor de apoio no processo de ensino e aprendizagem da criança autista na Educação Infantil**, sob orientação de Alciane Barbosa Macedo Pereira, apresentada pela aluna **Angélica Lucia Ribeiro (20221090080232)** do Curso **Licenciatura em Pedagogia Bilíngue (Câmpus Aparecida de Goiânia)**. Os trabalhos foram iniciados às **19:00** do dia **05/02/2026** pela Professora presidente da banca examinadora, constituída pelos seguintes membros:

- **Alciane Barbosa Macedo Pereira** (Presidente)
- **Keith Daiani da Silva Braga** (Examinadora Interna)
- **Ruskaia Fernandes Mendonca** (Examinadora Interna)

A banca examinadora, tendo terminado a apresentação do conteúdo da Monografia, passou à arguição da candidata. Em seguida, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre o trabalho apresentado pela aluna, tendo sido atribuído o seguinte resultado:

☒ Aprovado

☐ Reprovado

Nota : 10,0

Observação / Apreciações:

Proclamados os resultados pelo presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu **Alciane Barbosa Macedo Pereira** lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

Documento assinado eletronicamente por:

Ruskaia Fernandes Mendonca, em 12/02/2026 16:46:53 com chave 94bbecea084b11f1983e005056a537a4

Keith Daiani da Silva Braga, em 07/02/2026 18:31:29 com chave 5d89ab96046c11f18fff005056a537a4

Alciane Barbosa Macedo Pereira, em 07/02/2026 17:21:03 com chave 865aa0d4046211f18d1c005056a537a4

Este documento foi emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Ata de Projeto Final

Data da Emissão: 23/02/2026

Código de Autenticação: e80337



AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, primeiramente, à minha mãe. Sem ela, nada disso seria possível. Obrigada, mãe, por cada conselho, por cada puxão de orelha e por todo apoio ao longo dessa caminhada. A senhora foi fundamental para que esse sonho se tornasse realidade. Sei o quanto foi difícil criar a mim e ao meu irmão sendo mãe solo, e reconheço todos os sacrifícios que fez e ainda faz por nós. Nada disso tem preço. Sou imensamente grata por tudo. Inspiro-me muito na senhora, mãe, por ser esse exemplo que é para mim. Espero ser, ao menos, 10% da professora que você é. Te admiro muito. Você não faz ideia do quanto foi essencial nessa jornada.

Agradeço também ao meu irmão, que, mesmo estando longe, sempre me apoiou desde o momento em que compartilhei o desejo em me tornar professora. Seu incentivo foi muito importante para que eu seguisse firme nessa escolha. Sem o seu apoio, talvez eu nem estivesse aqui.

À minha professora orientadora. Sei que não foi fácil chegarmos até aqui, mas, com seu jeito, carinho e conselhos, conseguimos. Te admiro muito como profissional e, principalmente, como pessoa. Você é alguém cheia de luz, que não soltou a minha mão em nenhum momento. Obrigada por tornar uma jornada tão difícil em algo mais leve. Fica aqui toda a minha gratidão e respeito.

Agradeço, ainda, à minha psicóloga, que esteve ao meu lado com apoio, escuta e conselhos fundamentais. Seu acolhimento e orientação foram essenciais para que eu acreditasse em mim mesma e seguisse em frente, mesmo nos momentos mais difíceis.

Quero agradecer às minhas colegas de sala, que se tornaram muito mais do que isso e viraram minhas amigas. Obrigada, Yasmim e Pollyana, por tornarem esses anos mais divertidos, leves e felizes. Sem o acolhimento de vocês na faculdade, não sei o que seria de mim. Obrigada por tudo.

A todas as pessoas que estiveram ao meu lado durante esses quatro anos, o meu mais sincero agradecimento. Aos meus familiares e amigos, que de diferentes formas estiveram presente, oferecendo apoio, palavras de incentivo, compreensão e

carinho nos momentos de cansaço, dúvida e superação. Vocês não têm noção do quanto foi importante saber que eu não estava sozinha nessa caminhada. Cada gesto, conversa, apoio silencioso e presença fez toda a diferença para que eu chegasse até aqui.

Por fim, agradeço a Deus. Sem Ele, nada disso seria possível. Obrigada por me permitir viver tudo isso.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, com foco no processo de ensino e aprendizagem e no papel do/a professor/a de apoio. O objetivo geral foi compreender como ocorre esse processo para crianças de 4 a 5 anos na Educação Infantil, analisando os desafios da inclusão e a importância da atuação do/a professor/a de apoio nesse contexto. A metodologia adotada foi de abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores que discutem a educação inclusiva, o desenvolvimento infantil e o autismo. Os resultados apontam que a inclusão vai além da matrícula, exigindo práticas pedagógicas sensíveis, planejamentos individualizados como o Plano de Ensino Individualizado-PEI e mediações adequadas, especialmente para atender às necessidades das crianças com Transtorno do Espectro Autista- TEA. Evidencia-se também a relevância do/a professor/a de apoio como mediador/a do processo de ensino e aprendizagem e das suas interações sociais. Conclui-se que, apesar dos avanços legais, a inclusão ainda enfrenta muitos desafios, sendo necessário investimento na formação dos profissionais e no fortalecimento de práticas inclusivas desde a Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil 1; Profissionais de Apoio 2; Autismo 3.

ABSTRACT

The present study addresses the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Early Childhood Education, focusing on the teaching and learning process and on the role of the support teacher. The general objective was to understand how this process occurs for children aged 4 to 5 in Early Childhood Education, analyzing the challenges of inclusion and the importance of the support teacher's role in this context. The methodology adopted was a qualitative approach, based on bibliographic research grounded in authors who discuss inclusive education, child development, and autism. The results indicate that inclusion goes beyond school enrollment, requiring sensitive pedagogical practices, individualized planning such as the Individualized Education Plan (IEP), and appropriate mediation, especially to meet

the needs of children with Autism Spectrum Disorder. The relevance of the support teacher as a mediator of the teaching and learning process and social interactions is also highlighted. It is concluded that, despite legal advances, inclusion still faces many challenges, making investment in professional training and the strengthening of inclusive practices from Early Childhood Education essential.

Keywords: Early Childhood Education 1; Support Professionals 2; Autism 3.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	12
2. O Processo De Desenvolvimento Da Criança Autista De 4 A 5 Anos Na Educação Infantil.....	17
2.1. Aprendizagem e desenvolvimento da criança de 4 a 5 anos.....	17
2.2. Autismo.....	19
2.3. Professor/a de Apoio como sujeito na inclusão de crianças autistas.....	21
2.4. A Educação Infantil na perspectiva inclusiva.....	23
3. Processo de Ensino de Aprendizagem e Desenvolvimento da Criança com Transtorno do Espectro Autista de 4 a 5 anos na Educação Infantil.....	29
4. Diferentes maneiras de atuação do/a Professor/a de Apoio e sua Importância no Processo de Desenvolvimento da Criança com o Transtorno do Espectro Autista-TEA.....	37
5. Considerações Finais.....	44
6. Referências Bibliográficas.....	46

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender como o/a professor/a de apoio colabora no processo de ensino e aprendizagem da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) de 4 a 5 anos na Educação Infantil, quais os desafios enfrentados por esses profissionais no contexto escolar. Busca-se também compreender as necessidades das crianças autistas de 4 a 5 anos, analisar a formação do/a professor/a de apoio ao trabalhar com crianças com TEA na Educação Infantil, conhecer quais são as funções do/a professor/a de apoio e compreender a importância do/a professor/a de apoio no processo de desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista.

A escolha deste tema justifica-se pelo fato de que, desde o início do curso de Pedagogia Bilíngue, tenho atuado como professora de apoio junto a crianças autistas. Essa vivência despertou em mim um grande interesse em compreender melhor como trabalhar com essas crianças e de que forma posso contribuir para o seu processo de ensino e aprendizagem. Além disso, o aumento no número de diagnósticos de autismo reforça a necessidade de aprofundarmos os conhecimentos nessa área, a fim de oferecer uma educação adequada que promova o desenvolvimento integral dessas crianças.

Atualmente, trabalho diretamente com dois adolescentes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista– TEA, e sei o quanto esses alunos têm dificuldades de comunicar, expressar e se relacionar. Nesse contexto, minha formação em Pedagogia Bilíngue pode me ajudar a mediar essa comunicação. Atuar com crianças e adolescentes com TEA me dá a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, articulando teoria e prática.

O curso de Pedagogia Bilíngue, por ser uma formação inclusiva, ensina a trabalhar com crianças surdas e também ensina a ter um olhar diferenciado para todas as crianças, indo além da aula tradicional e colocando o aluno e a aluna no centro de todo esse processo. Essa concepção dialoga com o pensamento de Paulo Freire, que acreditava que educar é um processo de troca, no qual todos têm algo a ensinar e a aprender.

Nesse sentido, o curso contribui diretamente para minha prática profissional, pois ensina diferentes formas de comunicação, como abordagens visuais, gestuais ou alternativas, que auxiliam na expressão de pensamentos e sentimentos. Um exemplo disso é o meu trabalho com um aluno que é verbal, porém apresenta dificuldades em se expressar oralmente, com o tempo, aprendi a compreendê-lo por meio dos desenhos, que se tornaram sua principal forma de comunicação. Essa sensibilidade foi construída a partir dos aprendizados adquiridos na graduação, que incentivam um olhar mais acessível e inclusivo.

Dessa forma, o trabalho desenvolvido não apenas reforça a importância de um ensino inclusivo, mas também amplia a compreensão sobre a formação do pedagogo e do/a professor/a de apoio como profissionais, que de alguma forma são capazes de transformar o processo de ensino e aprendizagem dos/as alunos/as.

Este trabalho foi realizado a partir de uma abordagem qualitativa, por meio da realização de uma pesquisa bibliográfica.

Segundo Severino (2014):

Quando se fala de pesquisa quantitativa ou qualitativa, e mesmo quando se fala de metodologia quantitativa ou qualitativa, apesar da liberdade de linguagem consagrada pelo uso acadêmico, não se está referindo a uma modalidade de metodologia em particular. Daí ser preferível falar-se de abordagem quantitativa, de abordagem qualitativa, pois, com estas designações, cabe referir-se a conjuntos de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas. São várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas.

Ou seja, quando tratamos da “abordagem quantitativa” e “abordagem qualitativa”, estamos se referindo a epistemologia da pesquisa. A abordagem qualitativa tem como objetivo aprofundar e compreender mais informações sobre um determinado assunto, também tem como foco investigar os fundamentos teóricos da pesquisa.

Inicialmente, foram levantados artigos científicos sobre o tema disponíveis nas plataformas *SciELO* e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Em seguida, os artigos relacionados aos objetivos do estudo foram selecionados, lidos, sistematizados e analisados. É importante considerar que a pesquisa bibliográfica tem como finalidade revisar trabalhos acadêmicos e científicos já existentes, pois ajuda o pesquisador a recolher e comparar esses dados sobre um tema previamente

estudado, bem como a identificação de possíveis convergências e divergências entre diferentes autores.

Para a compreensão do objeto de estudo, foram selecionados seis artigos científicos/monografias/dissertações ou teses que compõem o corpus de análise deste estudo. Inicialmente, utilizaram-se palavras-chave como “professor de apoio”, “autismo” e “educação infantil”. Contudo, devido à escassez de trabalhos que utilizassem a expressão “professor de apoio”, a busca foi ampliada para o termo “profissionais de apoio”, o que permitiu encontrar trabalhos mais próximos do tema. Ressalta-se que, embora o profissional de apoio e o professor de apoio desempenhem funções distintas, foram selecionados apenas os estudos que se adequavam ao foco desta pesquisa, a partir da leitura dos resumos.

O estudo localizou produções que discutem a inclusão de pessoas com deficiência e o direito ao apoio no contexto escolar, especialmente após as mudanças na legislação. Foram selecionadas pesquisas produzidas a partir do ano de 2015, em virtude da criação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e do surgimento da nomenclatura “professor de apoio” na Política Educacional Nacional.

A análise dos trabalhos selecionados possibilitou compreender como o/a professor/a de apoio tem sido inserido no cotidiano escolar e de que maneira sua atuação contribui para o processo de inclusão na Educação Infantil. Os estudos revelam diversos desafios, especialmente relacionados à formação desses profissionais e à parceria com o/a professor/a regente em sala de aula. Ao mesmo tempo, destacam a importância do/a professor/a de apoio para garantir que as crianças com deficiência, em especial aquelas com Transtorno do Espectro Autista, tenham suas necessidades respeitadas e participem das atividades escolares de maneira mais significativa, contribuindo para a construção de uma escola mais inclusiva.

Quadro 1: Produções analisadas

TÍTULO	FONTE	ANO	AUTOR/AUTORA	RESUMO
--------	-------	-----	--------------	--------

INCLUSÃO E AUTISMO: relato de caso sobre o trabalho com uma criança na educação infantil	Capes	2019	Maira Cristina Souza Teixeira Danielle Ribeiro Ganda	O presente artigo aborda a educação inclusiva de crianças com necessidades especiais, destacando a importância do profissional de apoio na sala de aula e as atividades por ele desenvolvidas, bem como seus impactos no desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista.
TEA Na Educação Infantil: A Importância da Aprendizagem Inclusiva	Realize Editora	2024	Bruna Kelly da Costa Mikahelen Grangeiro da Silva Vitoria Lorrana Cantalice de Oliveira Tatiana Cristina Vasconcelos	O artigo discute a importância da inclusão escolar da criança com TEA na Educação Infantil, ressaltando a necessidade de respeitar a diversidade, combater o preconceito e garantir práticas pedagógicas que assegurem o ensino e a aprendizagem, além de contribuir para a qualificação dos docentes.
A Importância Da Formação Continuada Para O Profissional De Apoio Na Educação Infantil	Capes	2025	Maria Lucicleide candido da Silva Mirely Alcina Silva de Melo Marcia Lúcia de Mélo	O estudo qualitativo analisa a preparação dos profissionais de apoio da Educação Infantil e a existência de formação continuada, a partir de professores de uma escola do município do Cabo de Santo Agostinho/PE, evidenciando que a formação continuada é fundamental para a aprendizagem das crianças.
A Inclusão De Crianças Com Aspectos Autista Na Educação Infantil		2020	Janaina Dos Santos Ferreira	O trabalho analisa a existência de orientações para a educação especial de crianças com TEA na Educação Infantil, destacando a Lei nº 13.861/2019, que aprimora o registro de dados sobre o autismo para subsidiar políticas públicas, consideradas essenciais em todas as etapas da educação.
Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista: Revisão sistemática da literatura	Scielo	2022	Daniele Ardigo Lopes Tatiele dos Santos Telaska	O presente trabalho tem como objetivo esquematizar os estudos feitos sobre a inclusão escolar para alunos com TEA. O artigo mostrou a importância da formação do professor, o apoio dos pais, e a colaboração de professor com os pais
O estudo da defectologia sob a perspectiva de Vigotski	Capes	2020	Sonia Ribeiro de Lima Elisabeth Rossetto Solange de Castro	O trabalho teórico-bibliográfico, fundamentado na Psicologia Histórico- Cultural, destaca a contribuição de Vigotski ao afirmar que a deficiência não determina a incapacidade, sendo o contexto social decisivo, e que todos os sujeitos podem aprender, respeitadas suas especificidades.

A partir das análises realizadas, foi possível entender como é importante ter um/a professor/a de apoio no cotidiano escolar da criança com TEA na Educação Infantil. Apesar dos desafios relacionados a formação do/a professor/a de apoio, às condições de trabalho e a parceria com o/a professor/a regente, sua atuação se mostra fundamental para garantir que essas crianças sejam acolhidas em suas singularidades e tenham oportunidades de participação nas atividades escolares.

O trabalho está organizado em três seções. A primeira seção aborda a importância do professor de apoio na escola. A segunda seção discorre sobre como a capacitação do professor de apoio pode influenciar o ensino das crianças autistas. Por fim, a terceira seção trata das dificuldades enfrentadas pelos professores de apoio ao atuar com crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil.

2 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA AUTISTA DE 4 A 5 ANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O desenvolvimento das crianças de 4 a 5 anos na Educação Infantil, engloba transformações importantes em alguns aspectos, como aspecto físico, social, cognitivo e emocional. É nesse período que a criança irá ampliar sua comunicação e interação, tendo uma melhor compreensão com o mundo ao seu redor, é neste momento que vai se construindo gradativamente sua autonomia e identidade.

Com crianças com TEA, esse processo ocorre de maneira mais singular, demandando um olhar mais sensível e atento às suas singularidades. Compreender essas características é de suma importância para que a escola possa oferecer práticas pedagógicas inclusivas, que seja favorável a convivência e o desenvolvimento integral das crianças, assim garantindo sua participação significativa no contexto escolar.

2.1 Aprendizagem e desenvolvimento da criança de 4 a 5 anos

Quando falamos de crianças precisamos considerar o seu processo de aprendizagem e desenvolvimento dentro do ambiente escolar. Precisamos levar em consideração que a criança da Educação Infantil ainda está na fase de ver o mundo com seu próprio olhar, mas aos poucos vão tendo capacidade de compreender o outro. Nesse período também se observa o desenvolvimento da memória e da linguagem, aspectos importantes do crescimento cognitivo.

Segundo as autoras Reis e Silveira (2019), a criança é compreendida como um sujeito histórico e social, que possui necessidades próprias e direitos garantidos. Ela não deve ser vista apenas como alguém que precisa de cuidados, mas como um ser em desenvolvimento que aprende e se constrói nas relações com a família, a escola e a sociedade. Assim, a criança é protagonista do seu processo de desenvolvimento e aprendizagem.

De acordo com Nascimento (2021, p. 32):

Dentro do desenvolvimento psicossocial ressaltam o surgimento do autoconhecimento e a compreensão de forma mais complexa, a

independência, iniciativa e autocontrole aumentam, o brincar passa a ser mais imaginativo elaborado e social, é possível notar altruísmo, agressão e temor, a atenção da criança passa a ser dividida entre a família e outras crianças. No desenvolvimento físico o crescimento passa a ser constante e o apetite diminui, nessa fase pode ocorrer distúrbios do sono, a criança passa a preferir o uso das mãos e aprimorarem a coordenação motora fina, também ocorre um aumento da força física.

Isto quer dizer que, a criança no seu desenvolvimento psicossocial começa compreender o mundo de uma forma mais profunda, vai se tornando mais independente, aos poucos vai aprendendo a controlar suas emoções. O brincar que antes era vista como só uma brincadeira simples, agora tem uma intencionalidade, ela começa a desenvolver o seu meio social, interagindo com outras crianças, brincando de faz de conta, entre outras coisas.

Já no desenvolvimento físico o seu crescimento é gradativo, a criança pode perder o sono e até mesmo o apetite. A criança também começa a demonstrar preferência pelo uso de uma das mãos, desenvolvendo aos poucos sua lateralidade, ao mesmo tempo em que aprimora a coordenação motora fina, como desenhar e recortar.

De acordo com Lazeretti (2020, p.130):

No decorrer dessa aprendizagem, relações (interação) com objetos com alguma função determinada, como a xícara em que se bebe algo ou com brinquedos com que se executa e se reproduz ações apreendidas, proporcionam que a criança conheça, de maneira progressiva, cada vez novas funções do objeto e, com isso, suas ações lúdicas se complexificam. Gradualmente aprendem ações com objetos de modo diverso e amplo. Quando a criança, na sua brincadeira, manifesta a substituição aparente de um objeto por outro, isso é indicativo das premissas evolutivas da brincadeira de papéis sociais.

Quer dizer que, agora os objetos são um passo importante para o desenvolvimento cognitivo para a criança, ela vai aprender a interagir com os objetos e dar sentido para eles e manuseá-los de várias formas. A forma de brincar como o faz de conta, por exemplo, faz com que a criança use sua imaginação e a simbolize.

Segundo Lazaretti (2020, p.133):

Se na primeira infância a criança age segundo suas vontades e desejos, para que a eles renuncie, ela precisa substituir tal desejo por outro superior. Já no período pré-escolar, a criança consegue esperar por seus desejos, submete-se às exigências do adulto e realiza tarefas que lhe são desagradáveis, mas necessárias para cumprir algum objetivo. Essas mudanças não ocorrem simplesmente por alterações de idade ou porque a criança, por si só, resolveu mudar. Essa renúncia a desejos e a submissão a regras denotam um longo período de influência direta de atividades realizadas sob direção dos adultos.

Ou seja, na primeira infância ela vai agir mais impulsivamente. Já no período pré-escolar a criança vai ser impulsionada a fazer o que um adulto quer, como por exemplo controlar seus impulsos, esperar sua hora. Essas mudanças não acontecem só com o tempo, ela é feita aos poucos pelas brincadeiras como o faz de conta, pelos pais, responsáveis e professores/as.

Nesse sentido, as brincadeiras lúdicas não são apenas uma brincadeira simples, ela exige imaginação, memória, *etc*, que vai auxiliar no seu desenvolvimento e ensinar a lidar melhor com suas frustrações. Mas deve-se ter cuidado na hora dessas brincadeiras, pois a criança mesmo no jogo simbólico está representando o que aprende com os adultos.

Entre 4 e 5 anos de idade a criança vivencia uma fase de mudanças, transformações significativas tanto no meio social, emocional, físico e cognitivo. É nessa faixa etária que aos poucos a criança vai criando sua independência, sua autonomia, ampliando sua comunicação, imaginação e memória. O brincar, especialmente o faz de conta, assume papel central nesse processo, pois é por meio dele que a criança experimenta papéis, cria significados e aprende a lidar com regras, limites e emoções. Também é possível perceber avanços no desenvolvimento motor, como maior controle dos movimentos das mãos, além da capacidade de esperar, compartilhar e enfrentar pequenas frustrações, sempre com o apoio e a mediação dos adultos.

2.2 Autismo

O autismo foi descrito pela primeira vez em 1943 pelo psiquiatra Leo Kanner, que realizou estudos com 11 crianças que apresentavam características comuns e comportamentos diferentes dos demais, como dificuldades na interação social, na comunicação e padrões repetitivos de comportamento.

Segundo Ribas (2021, p.9):

em relação a esses outros aspectos observados pelo médico, vale pontuar, de forma específica, que desde aquela época, identificavam-se diferentes níveis nos casos apresentados com características diversas. Das 11 crianças, 8 desenvolveram a fala, mesmo que nem sempre a utilizassem de forma comunicativa. Também se observou que a maioria tinha uma capacidade além do comum em memorizar nomes, porém sem um sentido social. Além disso, é importante frisar que dos 11 casos, todos foram “descritos como crianças que brincavam, mesmo que de um modo singular, pois suas

brincadeiras ocorriam de forma rígida, repetitiva e sem interesse de interagir com os pares”. Nesse sentido, também foi pontuado que todos expressavam um interesse maior por objetos do que por pessoas, o que potencializava o afastamento no que diz respeito às relações sociais (Kanner, 1943).

Ou seja, com esse estudo pode-se perceber que cada criança diagnosticada como autista tinha diferentes níveis e características. Algumas conseguiam falar, mas não se comunicavam muito, outras crianças tinham memórias incríveis como nomes, mas sem sentido social. Também foi observado que suas brincadeiras aconteciam de maneira repetitiva e pouco interativa, mostrando maior interesse por objetos do que por pessoas.

De acordo com Ramos, Martins e Tonin (2024, p.1):

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2014), o Transtorno do Espectro Autista (TEA), também denominado *Autism Spectrum Disorder (ASD)* é entendido como um transtorno do neurodesenvolvimento e é caracterizado por dificuldades na comunicação e interação social e no comportamento, apresentando restrição de interesses, padrões repetitivos e estereotipados. Como também prejudicando o desempenho nas áreas sociais, acadêmicas, profissionais e pessoais.

Isto é, trata-se de um transtorno que afeta o indivíduo, a forma como ele se relaciona, expressa e compreende o mundo, que pode levar a desafios futuros nesses contextos citados acima, principalmente na relação social, pois muitas pessoas não estão prontas para receber pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Ramos, Martins e Tonin (2024) abordam que na sala de aula há um aumento significativo com pessoas do Espectro Autista. Pode haver dois estudantes com essa TEA na mesma sala ou com outros laudos, por exemplo Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e estudantes ainda não laudados, tornando o trabalho do/a professor/a mais desafiador.

Quando o/a professor/a recebe em sua turma uma criança com TEA já diagnosticada, muitas vezes não dispõe das informações necessárias sobre ela. Essa ausência de orientação específica, dificulta o planejamento de atividades adaptadas, comprometendo o processo de ensino e aprendizagem das crianças, muitas vezes acontece uma exclusão no próprio ambiente escolar, podendo afetar diretamente no seu desenvolvimento.

Portanto, compreender o TEA e suas diferentes manifestações é essencial para que a escola construa práticas inclusivas e respeitosas. E conhecer o estudante e a estudante, sua trajetória e vivências também é fundamental. O/a professor/a de apoio, em parceria com a equipe pedagógica, tem papel fundamental nesse processo, mas é preciso que haja investimento em formação, recursos e diálogo com as famílias. A

inclusão não se limita à presença do/a aluno/a na sala de aula, mas envolve criar condições reais para que ele/a aprenda, se desenvolva e conviva em igualdade de oportunidades.

2.3 Professor/a de Apoio como sujeito na inclusão de crianças autistas

A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, garante que a pessoa com TEA seja reconhecida como pessoa com deficiência. Isso significa que ela tem direito a um/a professor/a de apoio dentro da escola, alguém que caminha junto, ajudando nas atividades do dia a dia e no desenvolvimento da psicomotricidade. Esse/a professor/a não substitui o/a regente, mas soma, trabalhando lado a lado para que a criança possa aprender e participar de forma das atividades propostas, mas do seu jeito. A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB artigo 58, cita que pessoas com deficiências têm direito a apoio especializados na escola, para atender suas necessidades de aprendizagem. Ainda no campo normativo, a Portaria SECADI nº 41 de 1º de julho de 2024 institui o Grupo de trabalho, no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, com a finalidade de discutir o estabelecimento de Diretrizes Nacionais para o Profissional de Apoio Escolar.

Sobre a relação com a família e outros profissionais, de acordo com Oliveira (2016, p.60):

A nota traz também a importância da interlocução entre a família e demais profissionais da área clínica que atuam com o educando e a escola, de modo que os profissionais que irão interagir com as crianças no contexto escolar estejam a par e compreendam os desafios e avanços presentes no processo de escolarização desse sujeito, dessa maneira, possibilitamos a identificação das competências de comunicação e linguagem desenvolvidas pelo estudante.

Ou seja, tem que haver uma interação entre a família, a escola, e os profissionais da área clínica, que acompanham a criança, para que todos juntos possam desenvolver uma melhor aprendizagem para a criança com TEA. Dessa forma fica mais fácil de compreender as necessidades dessa criança.

O/a professor/a de apoio busca incentivar o desenvolvimento emocional e social do/a estudante, proporcionando que ele/a se sinta seguro/a e motivado/a a permanecer na escola e na sala de aula. Onde eu trabalho, por exemplo, os/as

professores/as adaptam provas e atividades, respeitando suas limitações e aplicando o Plano Educacional Individualizado- PEI, que é uma norma do artigo 28 Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015, para alunos com alguma deficiência, o que contribui para aumentar sua confiança e participação no processo de aprendizagem.

Segundo Oliveira (2016, p. 64):

O trabalho do Profissional de Apoio Escolar deve ser focado em observar o educando de forma singular, entendendo como ele aprende e demonstra o que sabe, aprendendo suas expressões e a lidar com suas frustrações. Identificando as dificuldades da criança e buscando juntamente com o professor, formas de superá-las, dessa maneira, o PAE torna-se o elo entre a criança autista e o professor, mas não deve interferir na relação entre eles. Além disso, torna-se também o elo entre o educando e as demais crianças e o contexto social. Facilitador das internalizações e interações do estudante a partir das contextualizações e incentivos a ter como referência o (a) professor (a) regente, o (a) auxiliar e os amigos da turma.

Isso é, no trabalho de um/a Profissional de Apoio Escolar (PAE) é preciso ter um olhar para o/a estudante de uma forma singular, compreendendo sua forma de aprendizagem, seu conhecimento, suas expressões, como lidar com suas frustrações e tentar acalmá-lo na quando estiver agitado, auxiliando-o/a na autorregulação. O PAE identifica as dificuldades da criança e junto com o/a professor/a regente, pensam na melhor forma de buscar estratégias para o bem-estar da criança e superar seus desafios. Assim tornando um elo entre o/a professor/a regente e a criança com TEA sem fazer interferência na relação direta deles e também se tornando um/a mediador/a para a socialização com os/as colegas.

De acordo com Oliveira (2016, p.64):

A criança com autismo é um sujeito com o processo de construção do EU em constante variação, um processo cíclico, com rupturas que o integram e o afastam do contato com o outro. O PAE é um outro constante, que deve primar por não interromper o processo de construção do EU, mas sim confrontar, de maneira construtiva, essa formação.

Com outras palavras, a criança autista está em um processo contínuo de aprendizagem e de desenvolvimento com sua identidade, que muitas das vezes tem avanços, mas também tem retrocessos. O Papel do/a Profissiional de Apoio Escolar é atuar como um suporte estável, oferecendo intervenções que respeitem e incentivem esse processo de construção do “EU”, sem impor mudanças forçadas, mas promovendo experiências que ajudem a criança a se conectar e interagir de forma construtiva com o ambiente e com os outros.

Portanto, o/a PAE exerce um papel fundamental na promoção da inclusão e do desenvolvimento integral da criança com TEA. Ao oferecer suporte individualizado, mediar interações sociais, adaptar atividades e articular a comunicação entre família, professores e profissionais da saúde, o/a PAE contribui para que a criança se sinta acolhida, segura e capaz de participar da vida escolar. Sua atuação respeita as singularidades do aluno, ajuda na sua autonomia e autoestima, e promove experiências de aprendizagem significativas, garantindo que o processo de construção do “EU” da criança com autismo seja acompanhado de forma construtiva, inclusiva e humanizada.

2.4 A Educação Infantil na perspectiva inclusiva

A Educação Infantil é a primeira etapa da criança em instituições de ensino, sendo a etapa básica numa instituição, atendendo crianças de 0 até 5 anos e 11 meses de idade podendo ser parcial ou integral. É dever do Estado garantir que as crianças tenham uma boa instituição, e é através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil- DCNEIs que temos isso assegurado. Ou seja, é através da LDB e as DCNEIs que a educação básica de qualidade é garantida desde os primeiros anos de idade, oferecendo um desenvolvimento integral da criança. De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescência- ECA, Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, Art. 2º: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” Ou seja, segundo o ECA, não importa o contexto social, sempre será considerado criança a pessoa com até 11 anos e 11 meses.

Segundo Reis e Silveira (2019, p.150):

Entendemos a infância como o período de tempo correspondente à vivência de um conjunto de experiências próprias à condição de criança. A infância está para a criança, assim como a adolescência para o jovem, ou seja, são períodos temporais demarcados por experiências biológicas e culturais inerentes àquela fase da vida. Sobre as origens dessa noção de infância, entende-se que A idéia de infância [...] não existiu sempre, e nem da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel

produtivo direto ("de adulto") assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade (KRAMER, 1995, p. 19).

Ou seja, a infância nem sempre foi compreendida desse jeito. Antigamente as crianças eram vistas como adultos e logo cedo começavam a trabalhar. Ao passar dos anos foi se compreendendo que as crianças tinha sua própria fase, que necessita de cuidados, educação e proteção, nesse sentindo a infância foi sendo construída historicamente e por meio social.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB artigo 29 o objetivo da Educação Infantil é que as crianças possam ter seu desenvolvimento completo. Esse desenvolvimento abrange os aspectos físico, psicológico, intelectual e social, sendo um momento fundamental para sua formação como indivíduo. Além disso, a atuação em instituições deve contar com o auxílio da família e da comunidade, para que possa ter esse acréscimo na sua infância.

Tais instrumentos são orientadores da prática da educação infantil nas instituições, porém é preciso refletir ainda sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiência.

Esse assunto ainda pode gerar um incômodo para vários profissionais que trabalham direto com essas pessoas, como por exemplo os/as professores/as, que muitas das vezes não tem recurso o suficiente para trabalhar, pois tem uma sala cheia e não pode dar atenção só para um aluno específico, ou seja a uma precarização das escolas. A inclusão também gera um certo incômodo para os pais e mães que são mais tradicionais que acham que ter alunos da inclusão na sala de aula pode abaixar o nível de aprendizado dos seus filhos e filhas, logo os/as professores/as da educação especial temem por perder espaço e reconhecimento nessas instituições. É importante destacar que a convivência com pessoas deficientes desde a educação infantil é fundamental para a formação humana.

A inclusão não se resume à presença física do aluno e da aluna com deficiência na escola regular, mas exige mudanças profundas nas práticas pedagógicas, nas relações sociais e nas concepções de ensino e aprendizagem.

Segundo Mantoan (2003,p1. 15):

Os dois vocábulos — “integração” e “inclusão” —, conquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de

inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teóricometodológicos divergentes.

A integração escolar, consiste com que o/a criança tenha que se adaptar na sua rotina, no sistema já existente, já a inclusão a escola que se reorganiza para adaptar os/as alunos/as, para que possa incluir em todos os aspectos, seja na sala de aula até a sua locomoção. Um exemplo prático dessa abordagem inclusiva pode ser observado na escola em que trabalho. As práticas inclusivas atendem tanto alunos/as com laudo quanto aqueles sem laudo, mas que apresentam necessidades específicas. Por exemplo, o/a aluno/a com laudo recebe provas adaptadas, que podem ser ainda mais personalizadas de acordo com o nível de necessidade. Já os/as alunos/as sem laudo formal, mas que enfrentam dificuldades como ansiedade, têm a possibilidade de realizar a prova fora da sala, garantindo um ambiente mais adequado para seu rendimento.

No Brasil existe uma grande evasão escolar, muitos/as alunos/as que não se adequam ao “perfil” da escola sofrem com a exclusão, seja por alunos/as, professores/as e até pelas próprias famílias, tornando-se conhecidos/as pelas escolas por meio da repetência, da expulsão ou do abandono escolar.

De acordo com Mantoan (2003, p.18):

As soluções sugeridas para se reverter esse quadro parecem reprisar as mesmas medidas que o criaram. Em outras palavras, pretende-se resolver a situação a partir de ações que não recorrem a outros meios, que não buscam novas saídas e que não vão a fundo nas causas geradoras do fracasso escolar. Esse fracasso continua sendo do aluno, pois a escola reluta em admiti-lo como sendo seu.

Isto é, a tentativa de acabar com esse quadro parece se repetir e andar em círculos sem nenhum avanço, sem perguntar o por qual motivo disso acontecer. Sempre colocando o/a aluno/a como o único responsável pelo seu fracasso, e não percebendo que a própria instituição pode estar contribuindo com isso, ou até mesmo sendo o motivo desse fracasso.

Precisamos ter um olhar mais cuidadoso para esses/as estudantes, e não penalizarmos por sua repetência, evasão ou exclusão escolar, precisamos incluir eles/as nas escolas e na sociedade. Para Mantoan (2003), mesmo que se tenha lei que garante os direitos dos/as alunos/as, ainda há preconceito, discriminação e exclusão, precisamos ficar atento as políticas educacionais

Conforme Mantoan (2003, p.22):

A nossa Constituição Federal de 1988 respalda os que propõem avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência, quando elege como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III) e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito à igualdade (art. 5º) e trata, no artigo 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Em outras palavras, a Constituição Federal de 1988 (CF), trouxe grandes conquistas a respeito à educação escolar para alunos com deficiência, seu objetivo é garantir o bem de todos sem nenhum preconceito. A CF relata que todo cidadão tem direito de ingressar na escola, visando o bem-estar da pessoa, e se preparar para a cidadania e sua capacidade no campo de trabalho.

Nossas políticas educacionais muitas vezes querem resolver o problema só naquela hora sem conhecer a problemática de fato, deixando de questionar como a escola lida com a diferença dos seus/as alunos/as. Assim deixando as questões que levam os/as alunos/as à exclusão da escola.

Conforme Mantoan (2003, p.42):

Na formação em serviço, os professores reagem inicialmente à metodologia que tenho adotado, porque estão habituados a aprender de maneira fragmentada e essencialmente instrucional. Eles esperam uma preparação para ensinar os alunos com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem e problemas de indisciplina, ou melhor, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pedagógico predefinidos às suas salas de aula, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas ditas inclusivas. Grande parte desses profissionais concebe a formação como sendo mais um curso de extensão, de especialização, com uma terminalidade e um certificado que convalida a capacidade de ser um professor inclusivo.

Ou seja, na formação em serviço, muitos professores/as, no início, sentem certa dificuldade em aceitar novas propostas, porque estão acostumados a aprender de forma fragmentada, seguindo apenas instruções. Eles costumam esperar que a formação traga soluções prontas para lidar com alunos/as com deficiência, dificuldades de aprendizagem ou situações de indisciplina. Para grande parte deles, esse processo ainda é visto como mais um curso que termina com um certificado, mas sem, de fato, contribuir para mudanças significativas na prática diária em sala de aula. Pode-se concluir que a inclusão escolar não é só a inserção do/a aluno/a com deficiência em uma sala de aula e não ter um olhar mais sensível sobre eles/as.

A inclusão exige um trabalho em conjunto, entre professores/as, escola e políticas públicas. Também exige mudanças de como a escola deve acolher esse/a aluno/a.

Ainda existem muitas dificuldades e resistência tanto de professores/as quanto da família e muitas vezes as políticas públicas acabam sendo superficiais, sem enfrentar as origens da problemática constituída.

É importante entender que o fracasso escolar não é responsabilidade exclusiva do/a estudante, mas também das barreiras criadas pela própria escola. A CF de 1988 garante direitos, mas eles de fato precisam ser cumpridos, pois é preciso ter compromisso e vontade de praticá-los no dia a dia. Mais do que um desafio, a inclusão é uma oportunidade de construir uma escola e uma sociedade mais justa, humana e acolhedora para todos/as.

De acordo com Silva (2023, p.24):

A inclusão requer quebras na cultura hegemônica, e mudança de paradigmas e de conceitos já concretizados e formalizados pela sociedade. Assim, a mudança na forma de pensar e de ver as diferenças pode causar estranheza, ou até mesmo sentimento de inferioridade por parte de alguns indivíduos. Entretanto, o reconhecimento das pluralidades trata-se do primeiro passo para o processo da inclusão. Nesse sentido, o ambiente educacional por se tratar de um local voltado ao conhecimento científico e a formação humana, torna-se um ambiente propício a inclusão. Segundo Moysés e Angelucci (2021, p.13), “Despatologizar a educação de crianças com deficiências nos ajuda a despatologizar a educação de todas as crianças”

Isto quer dizer que, para que haja inclusão, é preciso uma ruptura dos conceitos impostos pela sociedade. Pensar e agir de forma diferente do que é imposto pode haver uma certa estranheza, porém reconhecer e respeitar as diferenças é fundamental para a construção de uma sociedade inclusiva. A educação escolar desempenha papel de suma importância nesse processo, pois é um espaço de produção de conhecimento e de convivência social, favorecendo práticas inclusivas.

No contexto na Educação Infantil, torna-se ainda mais importante, pois é nessa fase que a criança vai ter esse contato, essas vivências iniciais fora do contexto familiar. É nesse período que passa a vivenciar experiências fora do ambiente familiar e começa a construir seus valores. O contato com crianças com deficiência desde cedo contribui para que a diversidade seja compreendida e aceita, promovendo o respeito ao outro.

Assim, na instituição escolar, principalmente na Educação Infantil torna-se um espaço para romper com práticas excludentes e promover uma educação que valorize a diversidade humana. Uma dessas práticas excludentes é o capacitismo que é a discriminação, um preconceito com pessoas com algum tipo de deficiência

fundamentando-se que essas pessoas com deficiência são incapazes e inferiores.

De acordo com Silva (2023, p.25):

Portanto, Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, propõem o reconhecimento das diferenças, e a partir de então, a promoção de estratégias e propostas pedagógicas satisfatórias que contemplem ambas as especificidades das crianças, de forma articulada com o ensino regular. Dentro deste contexto, o Atendimento Educacional Especializado - AEE, é uma das estratégias e ferramentas da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Pois, visa promover e disponibilizar programas de enriquecimento curricular, de modo a fortalecer e impulsionar a autonomia das crianças, contudo, trata-se de um complemento da escolarização

Ou seja, a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva na Educação Infantil, mostra que as pessoas não são iguais, que cada um tem sua singularidade. Ter essa concepção é fundamental para que se possa construir práticas pedagógicas que respeitam a diversidade e que garante a aprendizagem de todas as crianças, promovendo assim, uma educação inclusiva desde os primeiros anos escolares.

A inclusão na Educação Infantil é essencial, pois é nesta etapa que as crianças irão começar a construir seus princípios, respeitando as diferenças. Incluir não é só adentrar uma instituição, mas sim fazer com que as crianças participem das atividades pedagógicas, das brincadeiras respeitando seus tempos e formas de aprender.

3. Processo de Ensino de Aprendizagem e Desenvolvimento da Criança com Transtorno do Espectro Autista de 4 a 5 anos na Educação Infantil

O processo de ensino e aprendizagem das crianças na Educação Infantil tem se mostrado um grande desafio, principalmente agora com um aumento significativo das crianças com TEA, nas instituições escolares.

O autismo é visto como um transtorno invasivo e global, isto quer dizer que o autismo é caracterizado como um desenvolvimento anormal ou alterado, que pode ser por meio das interações sociais, linguagem e comunicação, além de demonstrar comportamentos repetitivos, restrições a alguns alimentos, hiperfoco e rigidez cognitiva, essas condições irá se manifestar ainda quando se é criança (Costa; Silva; Oliveira e Vasconcelo, 2024).

Em conformidade com Costa; Silva; Oliveira e Vasconcelo (2024, p.2 e 3):

Na aprendizagem da criança uma das principais ferramentas é o cérebro, vai ser ele que vai formar boa parte do nosso sistema central (neurônios), que vão auxiliar a criança no processo; por exemplo de recriar uma história contada pela professora ou remodelar/ refazer primeiramente em sua cabeça o que foi pedido anteriormente pelo educador, como um desenho feito! Onde a criança observa a imagem e logo em seguida esse desenho é apagado para que a criança de acordo com que o seu cérebro captar e reproduzir o desenho proposto, pois o cérebro consegue por meio de suas redes neurais captar justamente esses estímulos, que serão consequente remodelados por essa via cerebral que vai ter o nome de "plasticidade cerebral", que seria essa capacidade de promover novo neurônios.

Já na criança autista, podem ocorrer alterações de forma significativa no seu sistema senso-perceptivo e no seu sistema nervoso como um todo. Pode haver dificuldade em se socializar, ser sensível a barulho, ter o tato ser mais delicado, entre outras diferenças. Mas isso pode ser mudado ou desenvolvido ao longo do tempo, pois o cérebro tem a capacidade de ir se moldando.

Nesta circunstância, os direitos de aprendizagem, definidos como competências gerais da Educação Básica pela Base Nacional Comum Curricular-BNCC (Brasil, 2018), é de suma importância para que as crianças possam se desenvolver. Tal como: brincar, explorar, expressar, participar, conviver, assim como está descrito na parte da Educação Infantil. Experiências assim que vai fazer com o

desenvolvimento sobre si, sobre o outro e sobre o mundo social, respeitando as particularidades de cada criança (Silva e Oliveira, 2023).

De acordo com Silva e Oliveira (2023, p.15):

Embora a relevância da Educação Infantil seja reconhecida e a sua legalidade esteja posta, persiste a exclusão das crianças com TEA. Isto se dá, em parte, porque o TEA acarreta uma série de características usadas como argumento para a exclusão, tais como dificuldades na comunicação, na interação social e na abstração, além de sensibilidade sensorial e apego à rotina, o que dificulta a adaptação no ambiente. Por esse motivo, identificar em que marco do desenvolvimento a crianças se encontra contribui para a construção de um planejamento individualizado que ajudará a desenvolver essas habilidades.

Em outras palavras, mesmo sendo direito na Educação Infantil o desenvolvimento das crianças, ainda existe exclusão das crianças com TEA. Isto vai ocorrer pois muito das suas características é vista como algo limitador, usando como desculpa para excluir as crianças com esse transtorno. A falta de conhecimento sobre crianças com TEA, e a falta de um Plano Educacional Individualizado- PEI dificulta a socialização e o aprendizado delas no campo educacional. Nesse contexto, identificar o estágio do desenvolvimento em que a criança se encontra torna-se fundamental para a elaboração de um planejamento individualizado, capaz de favorecer o desenvolvimento de suas habilidades.

Diante desse cenário, torna-se essencial que se repense sobre as práticas pedagógicas dentro de uma instituição de ensino. E compreender que esses desafios não devem ser vista como um impedimento no ensino das pessoas com TEA, mas como pontos de partida para a construção de intervenções pedagógicas mediadas, planejadas e intencionais. Com isso, a instituição de ensino deve assumir um papel de promover um ambiente inclusivo, capaz de ter um olhar mais sensível com os/as alunos/as e focar no que aquele aluno/a mais gosta, potencializando seu hiperfoco e fazendo um ambiente mais acolhedor, respeitando sua singularidade.

Essa compreensão dialoga diretamente com o pensamento de Vigotski, especialmente no campo da defectologia, ao defender que o desenvolvimento humano não pode ser explicado apenas por fatores biológicos, mas se constrói por meio das interações sociais e culturais, nas quais o sujeito é ativo e mediado pelo outro.

O interesse de Vigotski (ano) era compreender como o desenvolvimento de crianças com deficiência ocorria, podendo assim construir uma teoria geral do progresso humano, incluindo os aspectos biológicos e socioculturais, fundamentais para a investigação das funções psíquicas superiores. Para o autor, não importa a deficiência em si, mas sim como a sociedade se comporta. Na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, todos os sujeitos podem aprender, porém tem suas especificidades.

Neste ponto de vista, compreende-se que o desenvolvimento humano e o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, por sua vez, é resultado das relações sociais e da bagagem cultural acumulada pelo sujeito. Tal perspectiva é fundamental para a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem das crianças na Educação Infantil, especialmente quando se trata da inclusão de crianças com TEA.

Nesse cenário, compreender o desenvolvimento infantil é fundamental para que se possa construir um ambiente inclusivo na Educação Infantil. As dificuldades apresentadas pelas crianças com Transtorno do Espectro Autista, utilizadas como justificativa para sua exclusão, estão diretamente relacionadas à forma como elas processam e integram as informações sensoriais do ambiente. Sem um PEI adequado e intervenções intencionais, não vai afetar só a socialização da criança, mas também vai comprometer seu desenvolvimento.

De acordo com Silva e Oliveira (2023, p.46):

Segundo Ayres (2005), as habilidades que são adquiridas no desenvolvimento infantil estão relacionadas à capacidade de integrar as informações sensoriais. Essa integração acontece nas atividades sensorio motora simples, como: ser balançado, ser tocado, ajustar seu corpo ao colo de uma pessoa, acompanhar um objeto ou uma pessoa em movimento, responder a sons e sugar. Sem essas experiências é impossível haver um desenvolvimento adequado a seus marcos, em cada faixa etária, ao longo da vida. Nesse caso, se os sentidos funcionarem de forma adequada, a criança é capaz de interpretar bilhões de pedaços de informações sensoriais, à medida que aprende a interagir socialmente. Por outro lado, quando há prejuízos sensoriais partes de informações não são percebidas e a aprendizagem e interação com o mundo torna-se crítico. Sendo assim, todas as habilidades que precisam ser desenvolvidas em cada fase humana ficam comprometidas (AYRES, 2005 apud CAMINHA, 2013).

Nesse sentido, o cotidiano da sala de aula na Educação Infantil desempenha papel fundamental no desenvolvimento das crianças, especialmente por meio das interações, do brincar, da rotina, da acolhida e das experiências vivenciadas ao longo

do dia. É nesses momentos que a criança começa a se reconhecer como sujeito, a compreender o mundo ao seu redor e a estabelecer relações com o outro.

Para crianças com TEA pode ser desafiador a integração sensorial, pois elas têm dificuldades da socialização, da quebra da rotina, pois pode gerar um desconforto e dificultar a participação nas atividades propostas. Por isso é essencial que as instituições tenham práticas pedagógicas, planejadas e intencionais, que respeitem o ritmo de cada criança e considerem suas necessidades sensoriais, possibilitando um desenvolvimento mais significativo e uma inclusão efetiva.

Dessa forma, torna-se essencial que as práticas pedagógicas sejam planejadas com intencionalidade e sensibilidade, respeitando o ritmo, as necessidades sensoriais e as singularidades de cada criança. No caso das crianças com Transtorno do Espectro Autista, entre 4 e 5 anos, etapa em que as interações sociais se ampliam, o brincar simbólico se torna mais forte, a autonomia começa a se desenvolver e a linguagem oral e não verbal ganha espaço, o processo de ensino e aprendizagem se constrói, principalmente, nas experiências do cotidiano, como nas brincadeiras, nos faz de conta, nas rodas de conversa, nas atividades dirigidas e nos momentos de acolhida e rotina. Nesse contexto, a mediação do/a docente torna-se fundamental ao organizar o ambiente, propor atividades acessíveis, adaptar estratégias quando necessário e incentivar a participação da criança, promovendo experiências significativas que valorizem suas potencialidades e favoreçam seu desenvolvimento integral, garantindo seus direitos de aprender, conviver, brincar e se expressar na Educação Infantil.

Diante dessa compreensão sobre a importância de práticas pedagógicas intencionais, sensíveis e mediadas pelo professor/a no cotidiano da Educação Infantil, torna-se necessário refletir sobre o papel dos/as profissionais que atuam diretamente no acompanhamento das crianças com TEA. A efetivação de propostas que respeitem o ritmo, as singularidades e as necessidades dessas crianças exige a presença de profissionais de apoio devidamente qualificados, capazes de mediar as interações, colaborar com o/a professor/a regente e contribuir para a construção de experiências educativas significativas. Nesse sentido, discutir a formação do professor/a de apoio mostra-se fundamental para garantir práticas inclusivas que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças autistas na Educação Infantil.

Neste contexto, torna-se de suma importância ter profissionais de apoio qualificados para que possam contribuir no processo de ensino e aprendizagem para crianças com TEA na Educação Infantil. Esses profissionais atuam como mediadores entre aluno/a e professor/a regente, favorecendo a participação da criança nas atividades pedagógicas, o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento das relações sociais no ambiente escolar.

De acordo com Silva; Melo e Mélo (2025, p. 2):

A participação ativa dos profissionais de apoio escolar é crucial para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem na Educação infantil é essencial a participação das crianças público-alvo da educação especial nesse processo . Essas crianças demandam um acompanhamento específico, capaz de favorecer seu desenvolvimento integral dentro do ambiente escolar. Nesse contexto, é fundamental que esses profissionais continuem se capacitando para aprimorar suas práticas de ensino e atualizar os conteúdos que utilizam. Promovendo novas possibilidades de intervenção educativa. O profissional de apoio exerce um papel relevante na mediação entre o aluno, os colegas e o professor regente, contribuindo para o desenvolvimento social, cognitivo e emocional da criança. No entanto, é comum encontrá-lo nas salas de Educação Infantil sem clareza sobre suas atribuições. Muitas vezes, a falta de preparo leva esse profissional a realizar tarefas aleatórias, como passeios no pátio, permanência prolongada da criança com brinquedos ou execução de atividades sem intencionalidade pedagógica, o que pode comprometer o desenvolvimento do aluno.

Ou seja, a presença do/a profissional de apoio na Educação Infantil é indispensável para que as crianças público-alvo da educação especial tenham garantido não apenas o acesso à escola, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem no cotidiano escolar. Esse/a profissional contribui para a organização das rotinas, para a mediação das interações com os colegas e para a adaptação das atividades propostas pelo professor/a regente, tornando o ambiente mais acolhedor e acessível às necessidades da criança.

No entanto, para que essa atuação seja realmente significativa, é fundamental que o/a profissional de apoio compreenda claramente seu papel pedagógico e esteja em constante processo de formação. Quando há preparo e intencionalidade, suas ações favorecem o desenvolvimento social, cognitivo e emocional da criança; por outro lado, a ausência de formação adequada pode limitar sua atuação a cuidados pontuais, que pouco contribuem para o processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, investir na formação contínua desses profissionais é essencial para fortalecer

práticas inclusivas e garantir o desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil.

Essa necessidade de formação contínua se torna mais evidente na prática pedagógica. No meu trabalho diário com crianças autistas, é essencial observar suas particularidades, interesses, potencialidades, reconhecendo que cada criança aprende de um jeito. Em algumas experiências vivenciadas em sala, por exemplo, ao perceber que o desenho é o principal interesse de um aluno, busquei utilizar esse recurso como estratégia para favorecer sua aprendizagem, também conversei com a instituição de colocar as imagens coloridas na hora da prova, assim chamaria mais atenção do aluno. Em alguns momentos, essa aproximação se mostra positiva e contribui para maior envolvimento da criança nas atividades.

Contudo, nem sempre a escola oferece o suporte necessário para que essas práticas sejam fortalecidas. A ausência de formações específicas e de orientações claras faz com que eu busque conhecimento por iniciativa própria, recorrendo à formação acadêmica, à troca de experiências com professores/as e ao diálogo cotidiano dentro da escola. Percebo que nas instituições privadas há mais recursos para trabalhar e nas instituições públicas há uma precarização, as por falta de políticas públicas. Essa realidade evidencia que a atuação do/a professor/a de apoio, embora comprometida às necessidades da criança, ainda precisa de maior investimento institucional. Assim, é muito importante que a escola reconheça a importância desse/a profissional e promova espaços de formação e colaboração, garantindo práticas pedagógicas mais conscientes, intencionais e verdadeiramente inclusivas.

Segundo Silva; Melo e Mélo (2025, p. 4):

A formação continuada é fundamental para o aprimoramento profissional dos docentes, proporcionando conhecimento constante sobre as inovações e práticas pedagógicas na sua área de atuação, com o objetivo de melhor atender às necessidades dos alunos. Trata-se de uma oportunidade para o professor ampliar suas habilidades e qualificar suas metodologias em sala de aula. Nesse sentido, Falcão (2020, p. 44) destaca que "a formação continuada deve ser ofertada pela escola e pode ser perpassada nas formações acadêmicas, preparando o profissional para atuar na realidade educacional". A formação de professores pode ocorrer por meio de palestras, cursos, seminários, oficinas, graduações e pós-graduações. No campo da Educação Especial, o professor de apoio atua como mediador no Atendimento Educacional Especializado (AEE), contribuindo diretamente para o processo de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais específicas. Para que essa função seja realizada com

qualidade, é necessário que o profissional se dedique ao aperfeiçoamento constante.

Isto é, a formação contínua irá permitir que o/a professor/a de apoio compreenda melhor sua função pedagógica e atue de forma mais segura e intencional junto às crianças com TEA na Educação Infantil. Quando se aprofunda mais sobre seu conhecimento, mais seguro e preparado ele/a está para planejar intervenções mais adequadas, dialogar com o/a professor/a regente e adaptar as atividades de acordo com as necessidades e singularidade de cada criança. Deixando assim de ser uma formação só de complementação, mas podendo tornar-se algo essencial e de qualidade, fortalecendo a inclusão e garantindo o desenvolvimento integral das crianças no contexto escolar.

Também deve ter um olhar mais atento para essas crianças, tornando-as como o centro, o protagonista do processo de ensino e aprendizagem, colocando uma interação entre professor/a e aluno/a. Neste processo é importante usar recursos didáticos e práticas pedagógicas diferentes, tornando as aulas mais dinâmicas e significativas, sendo o lúdico um elemento essencial para favorecer o desenvolvimento das habilidades cognitivas e sociais (Silva; Melo e Mélo, 2025).

Conforme Silva, Melo e Mélo (2025, p.7):

A educação é um direito fundamental e a inclusão social deve ser uma prática constante no ambiente escolar. Contudo, na realidade, essa prática frequentemente enfrenta obstáculos, como a escassez de recursos adequados e o suporte insuficiente para estudantes autistas, além da necessidade de formação contínua para os profissionais que atendem a essas demandas.

Em outras palavras, embora a legislação assegure uma educação inclusiva para os alunos autistas, ainda existem muitos obstáculos como por exemplo: a falta de recurso, materiais adaptados, a ausência de profissionais devidamente capacitados, tudo dificulta a permanência nas escolas, pois não atendem as demandas necessárias.

O/a professor/a de apoio atua nas instituições escolares com a finalidade de acompanhar os alunos/as, exercendo o papel de mediador entre o estudante, o professor/a regente e o processo de ensino e aprendizagem, favorecendo a participação, a interação e o desenvolvimento educacional. Isso só é possível se tiver uma educação qualificada.

Na instituição em que estudo, por exemplo, percebo uma preocupação constante em oferecer apoio aos estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue. Ao longo da minha formação, tenho participado de palestras e momentos formativos que dialogam diretamente com os conteúdos trabalhados em sala de aula, o que tem me ajudado significativamente na minha atuação com pessoas com TEA. Essas experiências me ensinam a desenvolver um olhar mais atento e específico para as necessidades, singularidades e potencialidades de cada criança. Além disso, a minha atuação como professora de apoio tem contribuído não apenas para o meu crescimento profissional, mas também para a minha formação enquanto cidadã, ampliando minha sensibilidade, empatia e compromisso com a inclusão.

Por outro lado, na escola em que atuo que é particular, embora haja esforços para adaptar as atividades pedagógicas e promover a inclusão de crianças autistas, ainda percebo a falta de suporte institucional aos/às profissionais de apoio e aos/às professores/as regentes. A ausência de formação continuada e de espaços sistemáticos de orientação pedagógica acaba limitando o trabalho desses/as profissionais, que muitas vezes precisam buscar, de forma individual, alternativas para atender às demandas das crianças. Essa realidade evidencia a importância de investimentos constantes na formação e no acompanhamento pedagógico, para que a inclusão não se restrinja apenas à adaptação de tarefas, mas se concretize em práticas conscientes, planejadas e verdadeiramente inclusivas.

Percebemos que a formação de um/a professor/a de apoio é um elemento central para a efetivação de práticas inclusivas na Educação Infantil, especialmente no trabalho com crianças com Transtorno do Espectro Autista. A análise realizada evidencia que a ausência de formação continuada e de suporte institucional compromete a atuação pedagógica desses/as profissionais, enquanto uma formação adequada, articulada à prática, possibilita intervenções mais conscientes, intencionais e alinhadas às necessidades das crianças. Assim, a formação do/a professor/a de apoio não deve ser compreendida como complementar, mas como essencial para garantir o desenvolvimento integral e os direitos educacionais das crianças autista.

4. Diferentes maneiras de atuação do/a Professor/a de Apoio e sua Importância no Processo de Desenvolvimento da Criança com o Transtorno do Espectro Autista-TEA.

A presença do/a professor/a de apoio na Educação Infantil é essencial para o desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista- TEA, pois é esse/a professor/a que, no cotidiano escolar, contribui para que a criança se sinta acolhida, compreendida e estimulada a participar das experiências educativas. Suas funções vão além do acompanhamento individual, envolvendo a mediação das interações com os/as colegas, o apoio nas atividades propostas pelo professor/a regente e a adaptação de estratégias pedagógicas conforme as necessidades da criança. Ao atuar de forma sensível e intencional, o professor/a de apoio favorece o desenvolvimento integral da criança, promovendo não apenas avanços cognitivos, mas também emocionais e sociais.

Segundo Lopes e Mendes (2023, p. 5):

Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI — Brasil, 2015) previu a disposição obrigatória de “profissionais de apoio escolar”, mantendo sua função de suporte em atividades de cuidados básicos, ressaltando que esses profissionais deveriam atuar em todas as atividades escolares que fossem necessárias, sem exercer atividades de profissionais legalmente estabelecidos.

Ou seja, o/a professor/a de apoio não está ali para substituir o/a professor/a regente, mas sim para complementar o ensino da criança, garantindo que o estudante com deficiência tenha condições de participação, permanência e aprendizagem no ambiente escolar.

Conforme Lopes e Mendes (2023, p.5):

Martins (2011), ao realizar um balanço de produções nacionais sobre esse tema, apontou que há uma carência de trabalhos acadêmicos sobre a atuação desses sujeitos na escola, assim como de definição nas políticas sobre essa função que vem sendo popular nas redes de ensino e isso representa uma estratégia de baixo custo na tentativa de garantir a PNEE-EI (Brasil, 2008). Almeida, Siems-Marcondes e Bôer (2014) descrevem que a maioria dos trabalhos encontrados sobre os cuidadores estava relacionada à saúde e ao serviço social e pouco se sabia sobre o assunto no campo da educação. Zerbato (2014), ao analisar os novos papéis de profissionais que emergiram em decorrência das políticas de inclusão escolar, destacou a necessidade de maior clareza na definição do papel de cada um, a fim de evitar o “jogo de empurra” em relação às responsabilidades desafiadoras no contexto escolar. A autora ainda alertou para o fato de que a função do profissional de apoio deveria ser a de auxiliar nas atividades da vida diária, sendo excluída a função de apoio pedagógico.

Isto quer dizer que essa falta de clareza sobre a função do/a profissional de apoio se torna mais evidente dentro de uma instituição, sua atuação se encontra marcada por lacunas. A ausência de clareza quanto às suas atribuições pode gerar conflitos no cotidiano escolar, trazendo fragilização do trabalho pedagógico, especialmente quando não há delimitação entre as funções do/a professor/a regente e do/a profissional de apoio.

É fundamental que as políticas públicas e as práticas escolares avancem na definição do/a profissional de apoio, assegurando formação adequada, reconhecimento profissional e atuação articulada com a proposta pedagógica da instituição, de modo que o/a profissional de apoio contribua efetivamente para a inclusão, sem descaracterizar as funções docentes nem limitar o desenvolvimento do/a aluno/a.

Teixeira e Ganda (2019) destacam que o/a professor/a de apoio deve atuar como um elo entre a criança e o ambiente escolar, garantindo que as experiências educativas sejam acessíveis e significativas. Isso implica em conhecer profundamente as necessidades específicas do/a aluno/a, bem como suas potencialidades, para que a mediação pedagógica seja eficaz e respeitosa.

De acordo com Teixeira e Ganda (2019, p.126):

Quando se fala em incluir crianças com necessidades especiais é importante que haja a inserção. Tratando-se de educação no ensino regular a escola tem que estar preparada para os receberem na parte física/estrutural e pedagógica. De fato os professores manifestam a preocupação de como lidar caso tenha um aluno autista em sua classe, necessitam de mais orientações sobre o assunto, pois, por fatores pessoais sentem ansiedade e às vezes medo frente à sintomatologia mais do que as crianças em si (Locatelli & Santos, 2016; Surian, 2010). Tendo em vista esse ponto, deve-se ter um profissional apoio que acompanhe esse aluno em sala de aula.

Isso quer dizer que, quando a escola recebe uma criança com necessidades educacionais especiais, como no caso do Transtorno do Espectro Autista, ela assume o compromisso de olhar para esse/a aluno/a em sua totalidade. Não se trata apenas de garantir acessibilidade física ou estrutural, mas, principalmente, de repensar as práticas pedagógicas para que a criança se sinta acolhida, e que faça parte do processo educativo. No cotidiano da sala de aula, é comum que muitos professores/as se sintam inseguros diante desse desafio, seja pela falta de formação específica, seja

pelo medo de não conseguir atender adequadamente às necessidades do/a aluno/a. Diante dessa realidade, a presença do/a professor/a de apoio torna-se fundamental, pois esse/a profissional atua como um mediador sensível entre o/a professor/a regente e a criança, auxiliando na construção de estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem, a autonomia e a participação do aluno no ambiente escolar.

Segundo Teixeira e Ganda (2019, p.126 e 127):

Conforme elencado no art. 3º da Lei nº 12.764/2012, o profissional apoio é responsável pelas necessidades em sala de aula, adaptação de material e interação social. O fator principal é fazer com que todos que se encontram na classe participando, aprendendo, de maneira que aquilo tenha sentido para criança que recebe a mediação do profissional apoio. Independente da dificuldade que ela tenha, é fazer que o aluno se contextualize dentro da realidade, idade, ambiente, sendo primordial que esse profissional ajude na autonomia desta criança (Brasil, 2015; Mendes, 2015, *apud* TEIXEIRA e GANDA, 2019).

Ou seja, o papel do/a professor/a de apoio está muito além das demandas na sala de aula, trata-se de um trabalho que tenha um olhar mais sensível, um trabalho que sempre deve estar em construção, busca garantir que a criança se sinta pertencente daquela classe de aula, na rotina da escola, que encontre sentido no que está fazendo dentro da sala de aula. Ao adaptar materiais, mediar a interação social e respeitar as especificidades de cada aluno/a, esse profissional contribui para que a criança com TEA se reconheça como parte do processo educativo, considerando sua idade, seu contexto e suas possibilidades. Nesta maneira, o professor/a de apoio torna-se essencial para que aquela criança seja mais autônoma permitindo que ela avance em seu aprendizado e em suas relações sociais de forma mais segura.

Como professora de apoio, procuro incentivar constantemente a autonomia dos meus alunos, respeitando o tempo e as possibilidades de cada um. No cotidiano escolar, estímulo que realizem tarefas simples de forma independente, como o preenchimento da agenda ou o uso do banheiro, oferecendo apenas o auxílio necessário, para que, aos poucos, consigam realizar essas ações sozinhos. Da mesma forma, durante as atividades pedagógicas, explico o que deve ser feito, mas evito fornecer respostas prontas. Em vez disso, busco instigar o aluno a pensar, refletir e encontrar caminhos próprios para a realização da tarefa. Essa postura contribui para

o fortalecimento da confiança, do protagonismo e do desenvolvimento da autonomia, aspectos fundamentais para a aprendizagem e para a inclusão efetiva no ambiente escolar.

Teixeira e Ganda (2019) enfatizam que a promoção da autonomia deve ser uma meta constante do trabalho do/a professor/a de apoio. Isso significa oferecer suporte apenas quando necessário, incentivando a criança a realizar tarefas por si mesma e reconhecendo cada pequena conquista como um avanço significativo no processo de aprendizagem e inclusão.

Conforme Teixeira e Ganda (2019, p.127):

O professor regente e o profissional apoio devem conhecer bem os gostos e interesses da criança, buscar formas que ele irá compreender melhor, lembrando que seu aluno pode ter grau leve, moderado ou severo. Por isso devem manter sempre o contato visual, estimular a comunicação com linguagem simples e clara, e mediar brincadeira entre o aluno autista com os demais alunos. Para isso pode usufruir de recursos como computadores, músicas, livros, jogos pedagógicos, esses recursos facilitam a aprendizagem (Cipriano & Almeida, 2016). Um dos métodos mais utilizados que vão ajudar na aprendizagem de uma criança com TEA são, Análise Aplicada do Comportamento (ABA), a qual se utiliza da avaliação comportamental para ajudar, não só no comportamento, mas, para estabelecer a base que aprendizagem acontece. Outro é o método TEACCH que se utiliza de figuras e desenhos para tornar a aprendizagem mais acessível, com isso desenvolve a independência do autista, mesmo que necessite do auxílio do professor a criança tem que ser autônoma e com autistas não é diferente (Ibraim, 2013; Locatelli & Santos, 2016 apud TEXEIRA e GANDA, 2019).

Em outras palavras, o/a professor/a regente e o/a de apoio devem sempre caminhar juntos, conhecendo a singularidade de cada aluno, exige também uma sensibilidade e uma escuta com este/a estudante. Compreender seus gostos, seu hiperfoco, qual nível do TEA, se é leve, moderado ou severo, é uma estratégia de trazer a criança mais próxima de si. O contato visual, o uso de uma linguagem simples e clara e a mediação das interações e brincadeiras com os demais alunos/as favorecem a comunicação e o desenvolvimento social da criança.

O uso de recursos pedagógicos como, música, jogos, livros, tecnologias digitais entre outros, irá ajudar no seu processo de ensino e aprendizagem, pois se torna mais atrativo para criança. Métodos como a Análise Aplicada do Comportamento- ABA e o *Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children- TEACCH*, contribuem nesse processo ao organizar o ambiente e as

atividades e oferecer apoio visual, ajudando na autonomia do/a estudante. Mesmo com o auxílio de um/a profissional de apoio, a criança está sendo estimulada a criar sua própria independência.

Conforme Teixeira e Ganda (2019, p. 127):

A Lei Brasileira de Inclusão no art.28 nº 13.146/2015 diz que os professores junto com a equipe pedagógica da escola e os demais profissionais que acompanham o aluno (psicólogo, terapeuta ocupacional, psicopedagogo, fonoaudiólogo) devem traçar um Planejamento Individual (BRASIL, 2015). Desse modo, deve-se ter um currículo adaptado, tomando o cuidado da questão inclusão importante que a educadora ou a profissional apoio estimule o aluno a realizar as mesmas atividades que os seus colegas, pois, assim possibilitará a troca de informações com os demais de sua classe. Caso o aluno não acompanha de fato a turma e não consegue realizar as mesmas atividades aí sim será a necessidade de adaptar (Sousa e col., 2015).

Ou seja, o Planejamento Individual tem que ser construído de acordo com as especificidades de cada aluno/a, mas sempre se relacionando com o currículo da turma e as suas propostas pedagógicas. Na Educação Infantil, deve-se compreender que a adaptação curricular não deve afastar a criança das experiências vivenciadas pela turma, mas possibilitar sua participação nas mesmas atividades, respeitando seu ritmo e suas formas próprias de aprender. Incentivar a criança a realizar as atividades junto aos colegas ajuda na interação. Somente quando a criança não consegue acompanhar determinada atividade, mesmo com mediações e apoio, é que a adaptação se torna necessária, buscando alternativas que garantam o acesso ao conhecimento sem comprometer o princípio da inclusão.

De acordo com Teixeira e Ganda (2019, p.134):

Por meio de práticas pedagógicas diferenciadas, a criança tem apresentado uma maior socialização, mais autonomia e progresso em sua aprendizagem. O acompanhamento diário ao aluno revelou o quanto é necessário um profissional apoio preparado, que busque alternativas criativas, lúdicas e adaptadas para facilitar a aprendizagem das crianças com o transtorno.

Ou seja, é importante propor atividades diferenciadas que leve em conta sua necessidade e seus interesses, para as crianças com TEA. Quando as práticas pedagógicas são pensadas para aquele/a aluno/a de forma lúdica e adaptada, a criança com Transtorno do Espectro Autista passa a participar com mais segurança da rotina escolar, ampliando suas interações sociais, tendo sua própria autonomia e avançando em seu processo de aprendizagem. Nesse sentido, a presença de um/a

profissional de apoio preparado/a faz toda a diferença, pois é ele/a quem, no acompanhamento diário, observa, escuta e propõe estratégias que respeitam o ritmo da criança, tornando o aprender mais significativo e acolhedor.

Dessa forma, evidencia-se que as ações realizadas pelo/a professor/a de apoio são determinantes para o desenvolvimento pedagógico, social e emocional da criança com TEA, consolidando seu papel como elemento indispensável para a efetivação da inclusão dessas crianças na Educação Infantil.

Assim, é de suma importância destacar que a atuação do/a professor/a de apoio na Educação Infantil não pode ser de maneira isolada, mas tem que fazer parte de um trabalho pedagógico intencional. A inclusão da criança com TEA necessita de uma organização escolar que pense na diversidade como o centro, o que implica no planejamento, diálogo entre professor/a regente e professor/a de apoio. O professor/a de apoio, ao atuar diariamente junto à criança, torna-se um observador de suas necessidades, avanços e dificuldades, podendo contribuir para as práticas pedagógicas adotadas pela equipe escolar.

Na Educação Infantil, o desenvolvimento da criança ocorre de forma integrada, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores. Por isso, o trabalho do/a professor/a de apoio precisa estar alinhado às propostas pedagógicas. Ao mediar a participação da criança com TEA nas rodas de conversa, nas brincadeiras coletivas, nas atividades dirigidas e nos momentos de cuidado, o professor/a de apoio favorece não apenas a aprendizagem, mas também a construção de vínculos afetivos.

O/a professor/a de apoio exerce um papel fundamental na organização da rotina escolar, aspecto especialmente importante para crianças com TEA. A previsibilidade das atividades, o uso de recursos visuais, a estruturação do tempo e do espaço contribuem para reduzir a ansiedade e favorecer a compreensão do que será realizado ao longo do dia.

No que se refere ao uso de metodologias estruturadas, como ABA e TEACCH, é importante ressaltar que essas abordagens devem ser utilizadas de forma contextualizada e integrada à proposta pedagógica da escola. O professor/a de apoio, ao empregar esses métodos, contribui para a organização do ambiente, o desenvolvimento da comunicação, a aquisição de habilidades sociais e a promoção da autonomia da criança.

A parceria entre escola e família é essencial para o desenvolvimento infantil, pois possibilita a troca de informações, o alinhamento de estratégias e a continuidade das intervenções em diferentes contextos. O professor/a de apoio pode contribuir ao compartilhar observações sobre o comportamento, os avanços e as dificuldades da criança, fortalecendo a confiança entre a família e a instituição escolar.

A formação do/a professor/a de apoio também se apresenta como um fator determinante para a qualidade da inclusão. A falta de clareza quanto às atribuições desse/a profissional, associada à ausência de formação específica, pode dificultar na sua atuação no cotidiano escolar. O professor/a de apoio deve ser formada em Pedagogia, muito das vezes as escolas públicas fazem contrato ou concurso para pessoas com ensino médio e as escolas privadas contratam estagiárias. Nesse sentido, é importante investir em políticas públicas que garantam formação continuada, orientação pedagógica e valorização profissional, assegurando condições adequadas de trabalho e reconhecimento da importância desse papel no processo inclusivo.

Na Educação Infantil, incluir significa reconhecer a criança como sujeito de direitos, respeitar seu tempo, suas formas de expressão e suas singularidades. O/a professor/a de apoio, ao atuar na prática pedagógica contribui para que a criança com TEA vivencie experiências significativas, desenvolva suas potencialidades e construa sua autonomia.

Portanto, a atuação do/a professor/a de apoio deve ser compreendida como parte de um movimento maior em prol da educação inclusiva, que busca garantir não apenas o acesso, mas a permanência, a participação e a aprendizagem de todas as crianças. Ao favorecer o desenvolvimento pedagógico, social e emocional da criança com TEA, esse/a profissional contribui para a construção de uma escola mais comprometida com a diversidade, reafirmando o direito à educação de qualidade desde a primeira infância.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscamos compreender o processo de ensino e aprendizagem das crianças com o Transtorno do Espectro Autista entre 4 e 5 anos, na Educação Infantil, considerando os aspectos do ensino e aprendizagem, a perspectiva inclusiva e, especialmente, o papel do/a professor/a de apoio nesse contexto. A análise que realizamos evidencia que o desenvolvimento infantil não ocorre de forma isolada, mas é construído nas interações sociais, nas experiências vivenciadas no cotidiano escolar e nas mediações intencionais promovidas pelos adultos que acompanham a criança.

Inicialmente foi possível compreender o quanto é importante a etapa básica (Educação Infantil) no desenvolvimento da criança, abrangendo dimensões físicas, cognitivas, emocionais e sociais. Nessa fase, o brincar, as interações, o faz de conta e a exploração do ambiente constituem elementos centrais do processo de ensino e aprendizagem. Para as crianças com TEA, a instituição de ensino pode se tornar um desafio principalmente na questão da socialização, a rigidez da rotina.

A discussão sobre o autismo permitiu compreender que o TEA se manifesta de maneira diversa, não sendo possível generalizar comportamentos ou formas de aprendizagem. Cada criança tem suas próprias características. Por exemplo, uma pode ter o hiperfoco em desenhos e outra em relação ao espaço geográfico, por isso é importante os planejamentos individualizados, como o Plano Educacional Individualizado (PEI), as atividades intencionais. Nesse sentido, a Teoria Histórico-Cultural de Vigotski, reforça que o desenvolvimento humano é resultado das interações sociais e culturais, e que a deficiência não deve ser compreendida como um limite absoluto, mas como uma condição que exige mediações adequadas.

A Educação Infantil na perspectiva inclusiva ainda apresenta muitos desafios nas escolas. Mesmo com legislações e políticas públicas que garantem o direito à educação, a inclusão nem sempre acontece como deveria no dia a dia. Incluir uma criança com deficiência não é só viabilizar a matrícula, mas envolve mudanças nas práticas pedagógicas, na concepção dos/as professores/as e na forma como a escola se organiza, sendo uma responsabilidade de todos que fazem parte desse processo. Nesse contexto, o/a professor/a de apoio se mostra muito importante para o desenvolvimento da criança com TEA. É esse/a profissional que ajuda na adaptação

das atividades, na mediação das interações com os colegas e os/as professores/as regentes e no incentivo à autonomia da criança. Quando há formação adequada e apoio da escola juntamente com a família, o trabalho do/a professor/a de apoio contribui de forma significativa para a aprendizagem e para o desenvolvimento da criança. Assim, a inclusão na Educação Infantil precisa acontecer com práticas mais sensíveis e comprometidas, onde o/a professor/a de apoio tem um papel fundamental para garantir que a criança aprenda, conviva e se desenvolva de forma mais plena no ambiente escolar.

Como limitação deste trabalho, destaca-se o fato de se tratar de um estudo bibliográfico, o que não permitiu uma análise mais aprofundada das práticas observadas no cotidiano escolar. Embora a minha experiência como professora de apoio tenha contribuído para as reflexões apresentadas, não foi o suficiente para aprofundar no assunto, fora a dificuldade de achar artigos/teses e dissertações sobre este assunto.

Diante disso, futuramente pretendo realizar uma pesquisa de campo, pois esse é um tema que vem crescendo muito nos últimos anos e precisa ser analisado a partir da realidade das escolas. A minha vivência como professora de apoio me mostra, todos os dias, que muitos desafios da inclusão só são percebidos no cotidiano escolar, no contato direto com as crianças, com as famílias e com os demais profissionais. Acredito que estudos futuros possam ajudar nas práticas inclusivas e valorizar ainda mais o trabalho do/a professor/a de apoio.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Rafaela Machado. **O papel do Profissional de Apoio Escolar na inclusão da criança autista na educação infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. 7. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf>.

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Nº 8.368 de 2 de Dezembro de 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm>.

RAMOS, Cássia Felix; MARTINS, Maria Eduarda, TONIN, Laís Bueno. **Os desafios da implementação de boas práticas para o professor de apoio na educação infantil com alunos TEA**. UniALFA.

RIBAS, Luana de Melo. **O processo criador da criança com autismo em espaços brincantes: imaginação-emoção e o coletivo**. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

BRITO, Ana Paula Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Brunna Alves da. **A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação.** *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 44, p. 1-15, 2021.

COSTA, Bruna Kelly da; SILVA, Mikahelen Grangeiro da; OLIVEIRA, Vitória Lorrana Cantalice de; VASCONCELOS, Tatiana Cristina. **TEA na Educação Infantil: a importância da aprendizagem inclusiva.** In: V Congresso Internacional de Educação Inclusiva – CINTEDI, 2024. Editora Realize, 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2024/669abcace8036_19072024162116.pdf>.

SILVA, Rosilene Pereira Barrento; OLIVEIRA, Marcia Martins de. **Estratégias de inclusão para crianças com TEA na educação infantil.** – 1.ed. - Rio de Janeiro: Imperial Editora, 2023.

TEIXEIRA, Maira Cristina Souza; GANDA, Danielle Ribeiro. **Inclusão e autismo: relato de caso sobre o trabalho com uma criança na educação infantil.** *Psicologia e Saúde em Debate*, Patos de Minas, dez. 2019. Disponível em: <<https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/V5N2A9/405>>.

LAZARETTI, Lucinéia Maria. **Idade pré-escolar (3-6 anos) e a educação infantil: a brincadeira de papéis sociais e o ensino sistematizado.** Capítulo 6. In: MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antônio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias (Org.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. Campinas, SP: Autores Associados, 2020. p. 129-148.

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional?** *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, e280081, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280081>>.

SILVA, Priscila Ribeiro da. *O acesso de crianças com diferenças funcionais na educação infantil e ensino fundamental em Goiânia e Aparecida de Goiânia nos anos de 2020 a 2022*. 2023. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia Bilíngue Libras/Português) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Campus Aparecida de Goiânia, Aparecida de Goiânia, 2023.

REIS, Livia Cristina Ribeiro dos; SILVEIRA, Telma Aparecida Teles Martins. *História do atendimento às crianças pequenas no Brasil: concepções, políticas e práticas*. Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco (REVASF), Petrolina, v. 9, n. 19, p. 145–170, maio/jun./jul./ago. 2019. ISSN 2177-8183.